

Congresso vota renegociação das dívidas dos agricultores

Sessão conjunta marcada para o meio-dia de hoje tem como único item da pauta o projeto de conversão da medida provisória que possibilita a prorrogação e novas condições de pagamento para os débitos do setor primário

INCONSTITUCIONALIDADE

Processos no STF terão julgamento mais rápido

O plenário aprovou projeto que torna mais rápido o julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade. Pela proposta, o relator do processo no Supremo Tribunal Federal poderá indeferir liminarmente as petições não fundamentadas.

PÁGINA 3

O projeto aprovado em plenário será agora encaminhado à sanção presidencial



O Congresso Nacional vota hoje, a partir das 12h, o projeto de conversão da Medida Provisória nº 1.918, que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. O relator da matéria é o senador José Fogaça.

A medida provisória dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural e de dívidas com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

PÁGINA 2



Magistrado nega venda de sentença

PÁGINA 5



Relator vai sugerir comissão permanente

Senador João Alberto, relator da CPI dos Bancos, defende a criação de uma comissão permanente sobre o sistema financeiro.

PÁGINA 5

SARNEY FILHO DEFENDE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PÁGINA 4

Sarney Filho abriu seminário sobre Amazônia na Comissão de Relações Exteriores



MP que autoriza renegociação das dívidas do campo será votada hoje

Jonas Pinheiro explica que a repactuação abrange dois tipos de débito: os securitizados e os não securitizados com valor acima de R\$ 200 mil. Cafeicultores também receberão benefício

O Congresso Nacional reúne-se a partir das 12 horas de hoje, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, para apreciar o projeto de conversão da Medida Provisória nº 1.918, de 22 de setembro passado, que trata da renegociação das dívidas dos agricultores. O projeto tem como relator o senador José Fogaça (PMDB-RS).

A medida provisória dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural – de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 – e de dívidas com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, que foram reescaladas no exercício de 1997.

NEGOCIAÇÃO

Em discurso no plenário do Senado, ontem, o senador Jonas Pinheiro (PFL-

MT) explicou que o projeto foi exaustivamente negociado com o governo federal e com o relator José Fogaça.

Segundo Jonas Pinheiro, a renegociação abrange, além do alongamento das dívidas dos cafeicultores, dois tipos de dívidas agrícolas: as securitizadas e as acima de R\$ 200 mil e não securitizadas. No caso das dívidas

securitizadas, o projeto de conversão prevê um bônus de adimplência: para saldos devedores até R\$ 50 mil em 31 de julho de 1999, 30% sobre o valor das parcelas a serem pagas; se superiores a R\$ 50 mil, bônus de 15%.

A renegociação também permite a



Jonas Pinheiro: projeto foi negociado entre o relator e o governo federal

prorrogação do pagamento das parcelas a vencer das dívidas agrícolas securitizadas, informou Jonas Pinheiro: para dívidas até R\$ 10 mil, as parcelas que vencem em 31 de outubro de 1999 e 2000 poderão ser pagas, respectivamente, “no primeiro e segundo ano subsequente ao do vencimento da última parcela anteriormente pactuada”; quando su-

periores a R\$ 10 mil, a parcela que vence em 31 de outubro de 1999 será prorrogada para 31 de dezembro do mesmo ano, para pagamento de 10% da parcela, “ficando prorrogado o prazo dos restantes 90% para o primeiro ano subsequente ao do vencimento da

última parcela anteriormente pactuada”. Já a parcela vencível em 31 de outubro de 2000 deverá ter 15% pagos nesta data e os restantes 85% prorrogados para o segundo ano posterior ao vencimento da última parcela.

Para as dívidas superiores a R\$ 200 mil e as não securitizadas, que integram o Programa de Saneamento de Ativos (Pesa), Jonas Pinheiro explicou que a renegociação abrange operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 1997 que incluam indexadores, como as realizadas no âmbito dos fundos constitucionais, BNDES, Finame e Prodecer. Nesses casos, as taxas de juros aplicadas sobre cada parcela de encargos financeiros paga até a data do vencimento poderão ser reduzidas em até 2%, “desde que não resulte em taxa de juros inferior a 6% ao ano”.

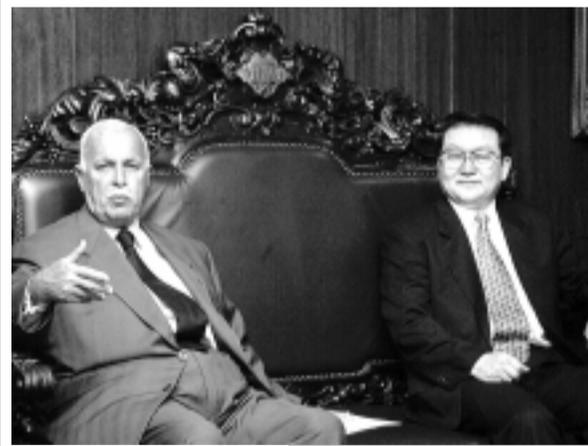
ACM diz que Brasil observa desenvolvimento da China

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem a Li Changchun, membro do Comitê Central do Partido Comunista da China, que o Brasil tem acompanhado, com interesse, o desenvolvimento obtido por aquele país nos últimos anos.

— A China anda a passos largos, principalmente diante dos problemas que teve que enfrentar, e o que podemos vislumbrar é que a ela está reservado um grande destino, importante para o seu

continente e para todo o mundo — declarou Antonio Carlos.

A visita de Li Changchun ao Senado seguiu-se de encontro com o vice-presidente da República, Marco Maciel, e com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, segundo informou o deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), que acompanhava a comitiva. Li Changchun disse a Antonio Carlos que sua viagem tem como objetivo principal a troca de informações na área tecnológica.



Antonio Carlos Magalhães recebe em seu gabinete Li Changchun



Vicentino expôs a ACM preocupação com mudanças na Previdência

Vicentino mostra pesquisa sobre situação do negro

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentino, entregou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, documentos sobre a reforma da Previdência e a situação do negro no mercado de trabalho brasileiro.

Segundo Vicentino, Antonio Carlos atendeu a seu pedido e solicitou ao governador da Bahia, Cesar Borges, que lhe conceda audiência

para tomar conhecimento dos dados relativos ao estado na pesquisa sobre as dificuldades do trabalhador negro. O levantamento é de caráter nacional, e foi elaborado pelo Dieese, para o Instituto Interamericano pela Igualdade Racial.

Vicentino também entregou ao senador carta comunicando a “discordância e preocupação” da entidade que preside com as alterações previstas para a Previdência.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1999

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PDL nº 69/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Arapongas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas (PR); *PLS nº 180/99, altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional; *Requerimento nº 564/99, solicita a tramitação conjunta do PLS nº 131/99 com os projetos de lei do Senado nºs 122 e 356, de 1999, e nºs 198 e 223, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; e *Requerimento nº 571/99, solicita a tramitação conjunta das PECs nºs 5 e 16, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Hora do Expediente: Será dedicada a comemorar os 150 anos de nascimento de Joaquim Nabuco, ocorrido no dia 19 de agosto, bem como o cinquentenário da Fundação Joaquim Nabuco, entidade vinculada ao Ministério da Educação.

12h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.918-1, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138/95, e de dívidas para com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295/86, que foram reescaladas no exercício de 1997. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

9h - CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação dos relatórios sobre irregularidades ocorridas no âmbito do TRT/RJ - 1ª Região; concessão indevida, a narcotraficantes, de mandados de soltura e progressão de regime de execução penal no estado do Amazonas. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

9h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação dos relatórios apresentados aos seguintes projetos de lei: *PL nº 22/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 191 milhões para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; *Projeto de Lei nº 27/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 141,8 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; e *Projeto de Lei nº 30/99-CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de operações oficiais de crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 57,6 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

14h - Comissão para a Erradicação da Pobreza
Pauta: Exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova julgamento rápido de ações de inconstitucionalidade

Projeto enviado pelo Poder Executivo e votado em plenário permite que o relator do processo no Supremo Tribunal Federal indefira liminarmente petições não fundamentadas ou improcedentes

O Senado aprovou ontem projeto oriundo do Executivo destinado a aperfeiçoar o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da declaratória de constitucionalidade, a fim de torná-las mais rápidas. Pelo projeto, o relator do processo no Supremo Tribunal Federal poderá indeferir liminarmente as petições não fundamentadas ou improcedentes. A matéria vai agora à sanção presidencial.

Com essa lei ordinária, fica regulamentado o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF. Fica também vedada a intervenção de terceiros nesses processos, permitindo-se contudo que outros titulares do direito de propositura da



A proposta aprovada em plenário, que regulamenta o julgamento das ações de controle de constitucionalidade, será agora enviada à sanção presidencial

ação possam manifestar-se sobre seu objeto. A nova regra inova ainda autorizando o ministro relator da matéria, em caso de insuficiência de informações no processo, a designar perito

para emitir parecer sobre a questão.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) sustentou que, aprovando esse projeto, o plenário estava criando um instrumento que permitia ao STF avocar

a decisão sobre uma ação de inconstitucionalidade submetida à Justiça em qualquer lugar do país. Em sua opinião, esse será um instrumento de força talvez maior que o avocatório vigente no regime militar. "Isso evidentemente é abuso de poder, embora venha a ser chancelado por lei aprovada pelo Senado", afirmou.

A senadora Marina Silva (PT-AC) também argumentou que o Senado estava entregando aos juízes do STF o poder de paralisar qualquer processo em curso para a declaração de inconstitucionalidade. "Fico imaginando que ações ganhas por trabalhadores poderão agora ser avocadas pelo STF, tornando sem efeito a sentença do juiz de primeira instância", observou ela. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também lastimou a decisão que o plenário estava tomando.

Conselho de Comunicação volta a ser tema de debate

Antes de renovar a concessão para as rádios Colatina e Internacional explorarem serviços de radiodifusão, respectivamente, no Espírito Santo e no Paraná, o plenário realizou ontem um debate sobre o fato de não ter sido instalado até hoje o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988. Antes da votação, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que, visando à economia processual, a votação para a renovação e concessão de autorização para serviços de radiodifusão passa agora a ser simbólica e não mais nominal.

A senadora Marina Silva (PT-AC) apontou o enorme prejuízo que a falta do conselho causa ao país, observando que o Legislativo está abrindo mão de uma valiosa prerrogativa ao não instalá-lo. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) também reclamou a sua instalação.

O senador Artur da Távola (RJ) afirmou que o órgão não foi instalado até hoje porque foi organizado de modo corporativo. Em sua opinião, as emissoras não cumprem o exigido pela Constituição no conteúdo de sua programação por causa de todo um passado de concessões. Para Távola, é possível atenuar a falta de um conselho exigindo que cada emissora em busca de renovação da concessão cumpra requisitos mínimos, "criando um caldo de cultura para mudar a situação". Ele também pediu que o presidente do Senado "croe sua administração" deixando organizado esse conselho. Antonio Carlos Magalhães respondeu que já cumpriu sua parte e que já dirigiu três cartas ao presidente da Câmara dos Deputados, para que ele faça o processo andar.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) está convencido de que há uma enorme objeção à criação do conselho no próprio Congresso Nacional. "Infelizmente, não vejo futuro para o Conselho de Comunicação Social", disse ele, observando que o Legislativo não tem equilíbrio nem independência para fazer esse órgão funcionar com autonomia, exatamente por ser uma instituição política. "Os interesses aqui se entrecrocaram de maneira brutal", afirmou o parlamentar.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, tem debatido uma valiosa proposta da Mesa Diretora do Senado. "É uma idéia que considero fantástica — fazer convênio com as câmaras de vereadores para retransmitirem a TV Senado e oferecerem duas horas de programação local", informou Simon. Em sua opinião, quando isso acontecer, os municípios pequenos e médios vão ter a opção de uma programação cultural que não seja restrita a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Veículos para deficientes terão isenção de IPI

O Senado aprovou ontem substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que inclui a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos por portadores de deficiência física. A matéria ainda será submetida a turno suplementar de votação.

Conforme José Fogaça, ao contrário da norma que anualmente é renovada para isentar de ICMS a compra de veículos por deficientes físicos, essa iniciativa dá isenção permanente. A isenção só se aplicará na compra de veículo de fabricação nacional.



Luiz Estevão apresentou o projeto

Pela matéria aprovada, ficam isentos do IPI os automóveis de passageiros e os veículos de uso misto de até 127 HP de potência bruta, que apresentem características especiais e que sejam adquiridos por pessoas impossibilitadas de conduzir veículos comuns.

Ficou ainda estabelecido que esse benefício poderá ser utilizado uma vez a cada três anos. Para habilitar-se a comprar veículo com isenção de IPI, a pessoa deverá apresentar laudo de perícia médica fornecido pelo departamento de trânsito do estado onde residir permanentemente, especificando o tipo de defeito físico.

Indicação de general para o STM é aprovada por 41 votos a 24

Com 41 votos favoráveis, 24 contrários e quatro abstenções, o plenário do Senado aprovou ontem a escolha do general-de-exército José Luiz Lopes da Silva para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria de Edson Alves Mey. Precedida de um longo debate, a decisão será comunicada ao presidente da República.

Logo no início, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou requerimento pedindo o adiamento da deliberação. Ele informou ter recebido telefonema do bispo dom Valdyr Calheiros Novaes, da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, externando sua indignação com a escolha do general para integrar o STM.

Geraldo Cândido anunciou que partilhava dessa indignação, por ter sido o general quem comandou a ação contra

os operários que, em 1988, ocuparam as instalações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Ao defender a indicação do general, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), garantiu que, quando ocorreu o episódio de Volta Redonda, "a quilômetros de onde estava o general", este ordenou o recuo da tropa e evitou uma tragédia ainda maior. "Ele fez exatamente o contrário do que o acusam", afirmou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou que os trabalhadores estavam reivindicando melhores salários dentro do permitido pela Constituição. A senadora Marina Silva (PT-AC) pregou a rejeição da escolha, o que classificou como uma medida de justiça.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou não ter nada contra o general,

mas considerou um absurdo o presidente da República querer nomeá-lo para o STM. "Absurdo é o presidente não ter nenhuma sensibilidade política. Ele não tinha o direito de fazer isso com esse general, não tinha o direito de fazer isso com o Senado", afirmou.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) observou que "o general não combatia uma insurreição, mas enfrentava uma das dezenas de greves operárias que ocorreram durante o governo Sarney".

Também se manifestaram contra a escolha de José Luiz Lopes da Silva os senadores Antero de Barros (PSDB-MT), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Roberto Freire (PPS-PE), Paulo Hartung (PPS-ES), Heloísa Helena (PT-AL), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Mudança em desapropriações será examinada pela CAE

Foi encaminhado à deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que pretende mudar o rito sumário utilizado nas desapropriações destinadas à reforma agrária. Atendendo a requerimentos dos senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Amir Lando (PMDB-RO), o plenário entendeu ontem que a CAE precisa manifestar-se sobre a matéria.

Contra essa decisão, Ademir Andrade lembrou que a iniciativa foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele argumentou que essa

mudança na lei coincide com a proposta do governo, com o que tem pregado o ministro da Reforma Agrária e com o desejo da sociedade de acabar com as superindenizações aprovadas pelo poder Judiciário.

— Estamos mudando a lei de desapropriação de terra para acabar com os juros compensatórios e com a indenização de coberturas florísticas. O que tem acontecido é que o proprietário da terra recebe a indenização e entra, em seguida, com uma ação específica para pleitear a cobertura florística que está na área. E esse é um dos principais artifícios para elevar o preço das inde-

nizações — alegou o senador.

Contra esse entendimento, o senador Amir Lando afirmou que a cobertura florística, enquanto bem de valor econômico, é indenizável.

"Quem distingue isso é o Estatuto da Terra. Uma coisa se indeniza em dinheiro e a outra em títulos da dívida agrária", afirmou ele. No mesmo sentido argumentou o senador Moreira Mendes. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que não via sentido em submeter o projeto ao exame da CAE, quando a CCJ foi unanimemente favorável à iniciativa.



Ademir Andrade contestou decisão do plenário

País é capaz de deter devastação, diz Sarney Filho

Ao abrir seminário sobre a Amazônia, ministro do Meio Ambiente afirma que as crescentes preocupações em relação à possibilidade de perda da soberania nacional sobre a região são a mera “atualização de temores do passado”

Os crescentes temores de que a soberania nacional sobre a Amazônia esteja sob ameaça “nada mais são do que a atualização de temores do passado”. A afirmação foi feita pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, ao abrir ontem o seminário “A Amazônia: patrimônio ameaçado?”, organizado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), atendendo a requerimento do senador Tião Viana (PT-AC). Participou também da reunião o padre Paolino Baldrassi, que reside e trabalha nas florestas do Acre.

Na palestra, o ministro tratou do controle da devastação ambiental da Amazônia e dos esforços que vêm sendo feitos para consolidar a imagem do Brasil como país ético e com capacidade para exercer sua autonomia sobre aquela porção do território brasileiro. Sarney Filho disse que acredita na “capacidade do país para deter o processo de devastação da Amazônia” e ressaltou o trabalho que tem feito para desenvolver um projeto de desenvolvimento sustentável para a região.

Sarney Filho explicou que, por meio de uma forte articulação política, o Ministério do Meio Ambiente vem firmando parcerias e desenvolvendo um “diálogo proveitoso” com todas as áreas do governo no sentido de afirmar a necessidade de se levar em conta o impacto ambiental gerado pelas decisões e ações quando se planeja um programa de desenvolvimento para o país. Para isso, disse, ele vem acompanhando de perto a formulação do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), identificando ações e investimentos que possam gerar prejuízo ambiental.

A divisão de responsabilidades entre a União, a sociedade organizada, organizações não-governamentais e os governos estaduais também faz parte das ações do ministério, esclareceu. O ministro explicou que o compartilhamento de responsabilidades é necessário porque o governo federal não pode resolver tudo sem a participação de todos. Sarney Filho revelou ainda ter criado uma diretoria especial para educação ambiental e disseminação de experiências de desenvolvimento sustentável bem-sucedidas.

Vindo do meio da selva acreana, após ter andado 166 km a pé visitando pequenas comunidades no interior do Acre, o padre Paolino Baldrassi apresentou-se como “representante dos pequenos dentre os grandes” e contou como decidiu vir para o Brasil. Na juventude, padre Paolino sofreu os horrores e a fome durante a Segunda Guerra Mundial na Itália. “Sofri tanto na vida que queria ser um alívio para as pessoas que sofriam”, disse o religioso.

Padre Paolino relatou as dificuldades que enfrentou por defender os seringueiros contra fazendeiros e madeireiros que queriam expulsá-los da terra em que viviam por mais de 20 anos.

O religioso foi responsável pela construção de mais de 100 escolas de alfabetização em seringais e pela criação do Catecismo da Terra, que explicava os direitos legais daqueles trabalhadores sobre a terra onde viviam e de onde tiravam o seu sustento. “Foram as investidas de fazendeiros e madeireiros que jogaram as pessoas nas periferias das cidades”, avaliou.

O padre também ajudou na criação de várias pequenas associações e defendeu a volta do seringueiro para a mata, bem como o reflorestamento das áreas devastadas. Padre Paolino reivindicou um preço digno para a borracha e revelou que a extração de castanhas começou a dar lucro para os seringueiros, fazendo com que ganhem dinheiro sem precisar derrubar a mata. “Agora, o seringueiro pode dizer: eu também sou gente”, concluiu.



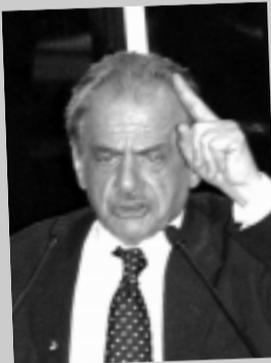
Senador Tião Viana (C) foi o autor da proposta de realização do seminário sobre a Amazônia

Subcomissão decide promover debate sobre violência na mídia

A Subcomissão de Rádio e TV da Comissão de Educação do Senado aprovou ontem requerimento — apresentado pelo seu presidente, senador Pedro Simon (PMDB-RS) — para a realização de audiência pública, em data ainda a ser definida, sobre o tema “Violência na Mídia”.

A subcomissão também vai lançar, em convênio com a Unesco, dois livros a respeito do assunto. Elas terão como títulos “A criança e a violência na mídia” e “Inocência em perigo.”

Participarão do evento, como convidados, a presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, Maria Elvira; o representante da



Simon também propôs a realização de debate sobre rádio, TV e democracia

Unesco no Brasil, Jorge Werthein; a diretora do Centro de Informação Nórdica para a Pesquisa sobre Mídia e Comunicação, Ula Carlsson; e a psicóloga e pesquisadora do grupo Tver, Maria Rita Kehl.

Na mesma reunião, a comissão aprovou ainda requerimento proposto pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA), autorizan-

do a realização de ciclo de palestras sobre experiências estrangeiras de rádio e televisão.

Também foram aprovadas propostas de Pedro Simon para organização do seminário Rádio, Televisão e Democracia e de Geraldo Cândido (PT-RJ), solicitando audiência pública para debater a radiodifusão comunitária.

Pedro Malan fala hoje sobre alternativas de combate à pobreza

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, será ouvido hoje, a partir das 14 horas, pela Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, para discutir com os parlamentares alternativas de combate à miséria.

A comissão já recebeu os ministros Paulo Renato de Souza (Educação) e Raul Jungmann (Política Fundiária). Ambos falaram sobre as ações desenvolvidas em suas pastas destinadas ao resgate social dos excluídos.

Paulo Renato disse que o governo pretende colocar todas as crianças de sete a 14 anos na escola e, assim, garantir a universalização do ensino. Jungmann defendeu a importância da reforma agrária na geração de emprego e renda.

Na próxima semana, integrantes da comissão irão a São Paulo conhecer a situação da população de rua daquela cidade e as medidas que estão sendo adotadas para minimizar o problema.

Plenário vota regras de acesso dos partidos ao rádio e à TV

O plenário do Senado vota hoje projeto de lei de autoria do senador José Agripino (PFL-RN) que proíbe o acesso ao fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão a legendas que não tenham caráter nacional.

A matéria foi aprovada em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma de substitutivo elaborado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), mas vai a votação porque vários senadores apresentaram recurso pedindo a apreciação da matéria em plenário. Iniciativa do senador Roberto Freire (PPS-PE), o recurso foi assinado principalmente por senadores do Bloco Oposição.

Caso o projeto seja aprovado, somente poderão ter acesso ao horário gratuito e a 99% dos recursos do fundo partidário as legendas que alcançarem no mínimo 5% dos votos apurados nas eleições para a Câmara dos Deputados, não computados os votos brancos e nulos, com votação distribuída em pelo menos um terço dos estados.

O relator incluiu na proposta a possibilidade de os partidos organi-



Projeto de Agripino também veda acesso ao fundo partidário de legendas sem caráter nacional

zarem-se em federações para a contagem da votação mínima. Ele também manteve a legislação atual que distribui 1% do fundo partidário às legendas que tenham seus estatutos registrados no Superior Tribunal Eleitoral.

A pauta da sessão de hoje inclui ainda a apreciação, em segundo turno, de emenda constitucional, apresentada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que amplia os poderes concedidos às comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Senado homenageia Joaquim Nabuco

A primeira hora da sessão plenária de hoje será dedicada à comemoração dos 150 anos de nascimento de Joaquim Nabuco e do cinquentenário da Fundação Joaquim Nabuco. A homenagem atende a requerimento do senador José Jorge (PFL-PE), que pretende destacar as contribuições de Nabuco à cultura brasileira.

Membro da Academia Brasileira de Letras na cadeira hoje ocupada por

Eduardo Portella, Nabuco destacou-se como abolicionista e defensor de reformas sociais. A data de seu nascimento, 19 de agosto de 1849, é referência para as comemorações do Dia da Cultura Pernambucana.

A Fundação Joaquim Nabuco, também homenageada, foi criada por iniciativa do sociólogo Gilberto Freyre e atua na elaboração de pesquisas sobre a região Nordeste.

Relator quer comissão permanente para bancos

João Alberto pretende obrigar o presidente do Banco Central a explicar aos senadores, a cada três meses, a situação do sistema bancário e da execução da política financeira do governo federal

Comissão de Orçamento aprova verba para hospitais

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem seis créditos suplementares ao Orçamento deste ano, entre eles R\$ 42,5 milhões para os hospitais universitários de todo o país, que vêm enfrentando dificuldades. Ao propor o crédito, o governo argumentou que os hospitais faturaram o mesmo valor em serviços, mas por lei só podem aplicar o dinheiro se o Congresso aprovar um crédito no Orçamento.

Também foram beneficiados com créditos suplementares o Ministério do Meio Ambiente (R\$ 2,1 milhões), a Companhia Docas do Rio de Janeiro (R\$ 48,7 milhões), a Justiça do Distrito Federal (R\$ 600 mil), o Ministério da Previdência (R\$ 218,5 milhões) e o Ministério da Educação (R\$ 188,9 milhões).

No caso da Previdência, parte do dinheiro será usada no pagamento dos benefícios a idosos, deficientes ou pessoas com mais de 67 anos e cuja renda familiar é inferior a 25% do salário mínimo.

Os deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento aprovaram ainda relatório do deputado Gonzaga Patriota autorizando a liberação de verbas para as obras do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. A comissão vinha se recusando a aprovar qualquer liberação para as obras desde fevereiro, após denúncias de irregularidades na construção do prédio.

O relator recomendou a volta da liberação de dinheiro tendo por base esclarecimentos feitos pelo TST e relatórios encaminhados recentemente pelo Tribunal de Contas da União.

Melo discute tarifa social na TV Senado

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) participa do programa *Entrevista*, que a TV Senado exibe hoje às 8h30, para falar do projeto de sua autoria que institui a tarifa social de energia elétrica. De acordo com o senador, com o processo de privatização do setor energético nos estados e municípios, não estão sendo garantidas tarifas a preços menores aos consumidores de baixa renda. Atualmente, salienta o senador, é a companhia distribuidora de energia elétrica que define o perfil do consumidor que deve pagar a tarifa.



O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), anunciou ontem, logo após reunião com o ex-ministro e deputado Delfim Netto, que vai propor a criação de uma comissão permanente no Senado para tratar unicamente do sistema financeiro nacional. Além disso, o presidente do Banco Central seria obrigado a comparecer a esta comissão a cada três meses, para falar da política de juros, da situação do sistema bancário e da execução da política financeira do governo federal.

— O Senado é fórum para essas exposições e questionamentos ao presidente do Banco Central. Nos Estados Unidos, o presidente do Federal



Reserve vai periodicamente ao Senado falar sobre juros, sistema bancário e comportamento da política financeira, e sua presença é um acontecimento esperado e ele fala com

Em busca de subsídios, o senador João Alberto esteve com o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto

clareza. Aqui, pessoas do mercado, que sabem interpretar coisas que não são faladas, mas executadas no dia-a-dia do Banco Central, ganham muito dinheiro em prejuízo de quem não sabe interpretar esse jogo — justificou João Alberto.

O relator observou que, apesar da prerrogativa do Senado para tratar da dívida, o presidente do BC quase não comparece à Casa para explicações. Além disso, o Senado não tem hoje um quadro técnico especializado em sistema financeiro e, com a nova comissão, isso será possível. Para ele,

a atual Comissão de Assuntos Econômicos é tão ampla que não tem condições de tratar do sistema bancário como o assunto merece.

Conforme o senador João Alberto, a economia financeira vem se sofisticando e o Congresso não tem acompanhado devidamente os problemas do setor, “apesar de sua importância num mundo que caminha rapidamente para a globalização”. Ele lembrou que até o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, admitiu que o próprio BC vem passando por uma reformulação para acompanhar “mercados complicados, com operações instantâneas, em que se ganham milhões em minutos sem pagar um centavo de imposto ou para esconder operações que livram empresas e bancos de taxas”.

Imóvel vendido na planta poderá ter seguro-obrigatório

Todo imóvel que for vendido na planta ou em construção deverá ter um seguro, para evitar que o comprador tenha prejuízo se a construtora entrar em dificuldades. Proposta com essa finalidade constará do relatório final da CPI do Sistema Financeiro, em preparação pelo relator da comissão, senador João Alberto.

— Vamos propor esse seguro para

que nunca mais um comprador de casa própria tenha prejuízo, como ocorreu no caso Encol — afirmou o senador. Entre outros casos, a CPI investigou os empréstimos que o Banco do Brasil concedeu à Encol, e foi a partir dos depoimentos que o relator decidiu propor a obrigatoriedade do seguro de construção.

O relator anunciou ainda que irá

propor no documento final, que deve ser votado por todos os senadores até o dia 30 de novembro, uma mudança na lei de falências, destinada a beneficiar o maior número possível de credores. A idéia é permitir que sejam créditos prioritários apenas o principal dos empréstimos ou créditos tributários.

— Hoje, o governo e os bancos ficam com praticamente tudo que sobra de

uma falência, pois eles aumentam o valor a receber com juros, multas e correções, que multiplicam o valor original. No caso Encol, temos visto pela imprensa que nada sobrar para milhares de mutuários — acrescentou.

O deputado e ex-ministro Delfim Netto — conforme o relator — concordou com a idéia do seguro obrigatório, durante encontro que tiveram ontem.

Desembargador nega ter participado de venda de sentença

Ao depor ontem na CPI que investiga denúncias no Poder Judiciário, o desembargador Atahide Monteiro da Silva, da Justiça de Mato Grosso, negou ter participado de uma suposta venda de sentença judicial em favor do fazendeiro Sebastião Queiroz. Também citado na denúncia — que está sendo investigada pela CPI —, o empresário Josino Guimarães recusou-se, no dia 6, a responder às perguntas dos senadores.

Mesmo negando ter participado do negócio — e se sentindo prejudicado pelo silêncio de Guimarães —, o desembargador disse não ter motivos para crer que o empresário o atingiria ao citar seu nome nas supostas negociações com o advogado de Queiroz, Marco Aurélio Ferreira.

— Fica uma indagação, mas eu vou esperar o que ele vai dizer em juízo, já que usou na CPI o direito constitucional de permanecer em silêncio. Nem eu o procurei mais, nem ele me procurou — disse Atahide.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) foi um dos que mais insistiram

Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem o depoimento do desembargador Atahide Monteiro



com o desembargador para que ele revelasse algo sobre a vida de Guimarães. Tanto o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), quanto o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), tentaram obter de Atahide confirmação sobre os telefonemas entre Guimarães e o desembargador, e entre este e o advogado do fazendeiro. Não conseguiram. O desembargador disse apenas que ligações de Guimarães para ele “podem ter ocorrido” por motivos que não os da fraude relatada por Marco Aurélio à CPI.

— Há muitos telefonemas suspei-



tos, mas essas ligações sozinhas não incriminam o desembargador. É estranho que ele não diga nada contra o empresário — disse Paulo Souto ao final da reunião.

O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), estranhou que Atahide não se lembrasse das acusações que pesam contra o juiz José Geraldo da Rocha Palmeira, também de Mato Grosso. En-

tretanto, afirmou ser testemunha da carreira do desembargador, que recebeu a solidariedade dos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Hoje, a partir das 9h, Paulo Souto fará a leitura de mais dois relatórios específicos: irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro e concessão indevida de alvarás de soltura no Amazonas.

CAS aprova US\$ 2,2 bi para reforço das reservas

Recursos, que serão contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, ajudarão governo a manter gastos sociais e proteger programas dessa área dos cortes orçamentários previstos no ajuste fiscal



Presidida por Osmar Dias, a CAS concedeu vista coletiva do projeto de lei da Câmara sobre contribuição previdenciária

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram ontem parecer favorável à mensagem do Executivo que solicita autorização do Senado para a contratação de um empréstimo entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 2,2 bilhões. A matéria ainda será examinada e votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para, posteriormente, ir ao plenário. Seis senadores votaram contra.

O relator da matéria, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), esclareceu, em seu parecer, que esses recursos servirão para financiar o déficit público e reforçar as reservas cambiais do país. Em contrapartida, acrescentou, o governo se obriga a manter gastos básicos nas áreas sociais, protegendo esses setores dos cortes orçamentários que serão feitos para o cumprimento do ajuste fiscal.

— Não significa que não haverá cortes nessas áreas, mas eles serão bem menores — disse.

O senador observou que o empréstimo do BID enquadra-se na categoria setorial de proteção social, com o obje-

tivo de reduzir os impactos negativos da crise econômica na área social. O empréstimo, porém, explicou o relator, não será aplicado diretamente nessas áreas, pois vai financiar o déficit público. Daí o compromisso assumido pelo governo de reduzir os cortes orçamentários na área social, completou.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou um voto em separado que condicionava a aprovação do parecer do relator a garantias de recursos maiores para o setor social no Orçamento do próximo ano. Ela aceitou a proposta do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) de encaminhar seu voto em separado com a sugestão à CAE, junto com o parecer do relator, mas os senadores derrotaram a proposta. Segundo Carlos Bezerra (PMDB-MT), só a Comissão de Orçamento pode examinar propostas de recursos orçamentários.

CONTRIBUIÇÃO

Na mesma reunião, os senadores pediram vista coletiva do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, que estava na pauta extra da reunião.

Comissões definem emendas ao Orçamento da União e ao PPA

Quatro comissões permanentes do Senado reuniram-se ontem e aprovaram emendas ao Orçamento da União e ao Plano

Plurianual. As emendas ainda deverão ser apreciadas pelos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento

1 Informatização das eleições é prioridade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou oito emendas ao Orçamento da União para o ano 2000 e ao Plano Plurianual (PPA) de 2000 a 2003. Das cinco propostas ao Orçamento aprovadas, destacam-se emendas do presidente da comissão, senador José Agripino Maia (PFL-RN), que destina R\$ 50 milhões à Justiça Eleitoral para a informatização total das eleições do ano que vem, e do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que destina R\$ 20 milhões para a demarcação de terras indígenas em todo o país.

A comissão aprovou ainda três emendas ao PPA, alocando recursos no valor de R\$ 29,5 milhões para ampliar o número de juizados de pequenas causas; R\$ 108,6 milhões para a interligação informatizada do Poder Judiciário; e R\$ 50 milhões para a conclusão de edifícios-sede das superintendências regionais da Polícia Federal em vários estados.

2 CFC quer garantir preservação de índios

A Comissão de Fiscalização e Controle também aprovou suas emendas ao Orçamento e ao PPA. Entre elas, estão as propostas de autoria do senador Romero Jucá, que destina R\$ 20 milhões para assegurar aos indígenas a posse permanente das terras que habitam e o usufruto dos recursos naturais nelas existentes, e outros R\$ 20 milhões para fiscalizar, assegurar e preservar a sobrevivência e o futuro desenvolvimento das áreas e comunidades indígenas.

Com relação ao PPA, a comissão aprovou apenas três das dez emendas a que tem direito, alocando recursos de R\$ 6 milhões para a defesa da ordem jurídica, através da estruturação da fiscalização e controle do Ministério Público Federal; R\$ 30 milhões para a assistência médica e odontológica a empregados e servidores públicos ativos e inativos dos ex-territórios; e R\$ 10 milhões para a proteção e defesa dos direitos indígenas.

3 Saúde e assistência ganham reforço

Nove emendas ao Plano Plurianual de 2000/2003 e cinco emendas ao Orçamento de 2000 foram aprovadas, ontem, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A comissão só precisará aprovar mais uma emenda ao PPA para completar as dez a que tem direito.

As emendas para o PPA são as seguintes: construção de postos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) para municípios com até 10 mil habitantes; programa de assistência aos deficientes; programa de criação de creches; saneamento de áreas endêmicas da Amazônia; ações sociais comunitárias em todo o país para combater a pobreza; construção de abrigos para mulheres que estejam correndo risco de vida; reforço de recursos para o combate à violência contra a mulher; programa de combate à Aids e a doenças sexualmente transmissíveis; e programa Amazônia Solidária, com apoio às atividades extrativistas na região.

Para o Orçamento do próximo ano, a comissão aprovou cinco emendas, dando prioridade para as áreas da saúde, agricultura, assistência social e saneamento. As emendas são: manutenção dos hospitais Sarah Kubitschek; assistência financeira ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); ações comunitárias de combate à pobreza; bolsa-escola para crianças, no projeto criança-cidadã; e implantação de saneamento básico para municípios com população entre 15 mil e 75 mil habitantes.

4 Geração de renda pode ter R\$ 40 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou emendas ao Orçamento, destacando-se as propostas de R\$ 40 milhões para geração de renda no combate à pobreza; R\$ 250 milhões para a implantação do Sistema de Atenção à Sanidade Agropecuária; e R\$ 25 milhões para projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Pescadores terão seguro-desemprego

Os trabalhadores da pesca terão direito ao seguro-desemprego durante o defeso, conforme parecer favorável ao projeto de lei do Senado aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A relatora da matéria foi a senadora Maria do Carmo (PFL-SE), que apresentou uma emenda substitutiva ao projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A matéria ainda deverá ser votada pelo plenário.

De acordo com a relatora, será concedido o pagamento do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período de proibição da atividade pesqueira para a preservação de espécies. O benefício será pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O valor do benefício será de um salário mínimo mensal (R\$ 136,00) e, para recebê-lo, o pescador deverá apresentar certidão de registro do Ibama ou matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, além de atestado ou declaração da colônia de pescadores a que esteja filiado.



Lúcio Alcântara é autor do projeto, que recebeu substitutivo de Maria do Carmo

Denúncias sobre bingos serão investigadas

A CAS vai promover audiência pública para ouvir representantes do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp) sobre denúncias de irregularidades na liberação de autorizações para o funcionamento de bingos no país. Os requerimentos de convocação foram apresentados pelo presidente da co-

missão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), e aprovados por unanimidade.

O primeiro a ser ouvido pela comissão é o diretor-administrativo da entidade, Luiz Antonio Bufara. Na segunda audiência pública, a CAS vai ouvir o ex-presidente do Indesp, Manoel José Gomes Tubino, e ex-funcionários da instituição.

Álvaro pede informações sobre as dívidas do Paraná

Sob o argumento de que a administração das finanças do Paraná é marcada por irregularidades, transgressões a leis federais e à lei orçamentária, geração de desequilíbrios orçamentários consecutivos e falta de compromisso com a austeridade, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) encaminhou requerimento ao ministro da Fazenda solicitando informações sobre a posição das dívidas interna e externa daquele estado em 31 de dezembro, anualmente, entre 1992 e 1998.

Álvaro Dias também solicita no requerimento a posição das dívidas do Paraná em 30 de setembro deste ano, incluindo o saldo devedor, os prazos médios e as taxas de juros em dólares equivalentes; relação das dívidas e o PIB do estado, a partir de 1992; montante dos precatórios não pagos pelo estado até 31 de julho deste ano; montante atual da dívida com fornecedores (obras e serviços); e saldo dos respectivos restos a pagar em 31 de dezembro, nos exercícios de 1994 a 1998.



Álvaro quer conhecer a evolução da dívida do Paraná desde 1992

Ele pede ainda cópia do relatório sobre a situação financeira do Paraná, elaborado por técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional após missão ao estado, para análise da antecipação de royalties. Ao justificar o pedido, Álvaro diz que é “dramática” a situação das finanças do estado, que, segundo ele, elevou sua dívida pública de R\$ 1,3 bilhão em 94 para R\$ 12 bilhões em 99. O senador aponta também uma “esperteza” das autoridades estaduais: a previsão de receita acima das possibilidades, gerando desequilíbrio orçamentário.

A receita estimada para 1998, afirma, foi de R\$ 12,161 bilhões, mas a receita realizada atingiu apenas R\$ 6,007 bilhões contra despesas de R\$ 8,346 bilhões, resultando em déficit de R\$ 2,339 bilhões. Entre outras irregularidades que estariam sendo praticadas pelo governo do estado, ele cita o não-cumprimento dos prazos e contrapartidas dos programas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CAE acolhe projeto que amplia divulgação de atos irregulares

Proposta, de Ney Suassuna, exige que o TCU comunique partidos, entidades civis e parlamentares sobre os atos ilegais que encontrar

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que obriga a comunicação direta de irregularidades e ilegalidades apuradas pelo Tribunal de Contas da União, quando da realização de procedimentos de fiscalização ou exame de contas. A comunicação será feita a senadores, deputados federais, assembleias legislativas e câmaras municipais, levando-se

em consideração o interesse dos parlamentares conforme o estado que representam. Os partidos políticos e entidades civis também serão comunicados.

De acordo com o relator, Ney Suassuna, a ampla difusão das informações irá propiciar um maior controle



Conforme a proposta acatada pela Comissão de Assuntos Econômicos, a comunicação deverá ser feita aos senadores, deputados federais e estaduais e aos vereadores

dos atos praticados, além de despertar o interesse de autoridades e da sociedade como um todo pelo acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

— Interessa à sociedade que os atos de gestão irregulares ou ilegais sejam

apurados da forma mais ampla possível, inclusive simultaneamente por diversas instituições. Isto pode estimular uma salutar forma de competição entre as instituições no combate a práticas administrativas lesivas ao patrimônio público — afirmou Suassuna.

Suplicy questiona prioridade para programa de renda mínima

O volume de recursos destinados para o programa de renda mínima, em comparação com o dinheiro reservado este ano ao pagamento de juros reais, serviu de base para o questionamento feito ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o grau de prioridade que o governo dá à erradicação da pobreza.

Segundo o senador, enquanto o governo destinou

uma quantia superior a R\$ 70 bilhões para o pagamento dos juros, o valor dos convênios já assinados com a União, na forma da Lei 9.533, que autoriza o governo federal a financiar em 50% os gastos dos municípios que implantarem o programa, foi da ordem de R\$ 30,6 milhões.



Suplicy: recursos já liberados só atendem 3% da população-alvo

Deste total, apenas R\$ 15 milhões foram repassados aos municípios.

Suplicy afirmou que esses recursos, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicados pela *Folha de S. Paulo*, favoreceram apenas 3% do total de 10,3 milhões de famílias brasileiras que potencialmente seriam beneficiárias do programa.

O senador disse ter apresentado essas questões ao ministro Paulo Renato Souza, da Educação, em sua exposição na terça-feira na Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza e adiantou que fará o mesmo na reunião da comissão hoje, quando os senadores ouvirão o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Comissão acata metas monetárias para o trimestre

A programação monetária do governo para o quarto trimestre deste ano também foi aprovada ontem pela CAE. Ela será submetida agora ao exame de plenário. A programação, conforme o relator da matéria, senador Luiz Otávio (PPB-PA), além das metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários, faz um sumário sobre a evolução de indicadores macroeconômicos, relata a política colocada em prática até agosto e apresenta perspectivas para os últimos três meses deste ano.

Luiz Otávio informou que as autoridades monetárias esperam uma evolução satisfatória da economia neste trimestre, sem expectativas de pressões altistas nos próximos meses. As taxas mensais de inflação deverão situar-se perto de 0,5%. O governo, disse ele, demonstrou empenho na promoção do ajuste fiscal, obtendo superávits fiscais acima dos níveis acordados com o FMI, e assegurou a continuidade desse esforço no Orçamento para o ano 2000.

Na área externa, acrescentou o relator, o governo reconheceu que a elevação das exportações brasileiras depende da recuperação da demanda mundial, especialmente dos preços dos produtos agrícolas. Com relação às importações, tudo vai depender da evolução dos preços e da renda, devendo ser influenciadas a médio prazo pelo reaquecimento da demanda interna.

Autorizado empréstimo em favor do governo de Roraima

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável a pedido de empréstimo para o governo de Roraima no valor de R\$ 57,2 milhões, destinado ao financiamento parcial do projeto de suprimento de energia elétrica do estado. Os recursos, conforme o projeto, beneficiarão vários municípios e viabilizarão a implementação de programas de desenvolvimento nas áreas agrícola, de infraestrutura, saúde e educação, além de apoio a pequenos produtores.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), que havia pedido vista do projeto, protestou contra a aprovação da matéria por entender que o processo “fere a Resolução nº 78 do Senado, contém erros técnicos e tende a endividar o estado de Roraima ainda mais, de forma irresponsável”.

Jucá disse não ser contra os benefícios a serem alcançados com a distribuição de energia elétrica em Roraima, mas advertiu que o estado não poderia assumir o ônus do endividamento. Para ele, o Ministério de Minas e Energia e a Eletrobrás deveriam assumir o financiamento, “uma vez que o estado está cheio de dívidas e não tem condições de pagar novos compromissos”.

“Sinto-me traído por esta comissão”, reagiu Jucá ao chegar à sala de reuniões

e constatar que o projeto havia sido aprovado. O senador disse que estava participando de uma reunião da Comissão de Assuntos Sociais e que não havia sido avisado a tempo da votação da matéria e do pedido de inversão de pauta.

Depois de a comissão negar o pedido de reconsideração da votação, formulado por ele, o presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que foram

obedecidos todos os procedimentos legais para que a matéria fosse aprovada, incluindo discussão e análise técnica dos documentos enviados pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central.

“Além disso, determinei que um funcionário comunicasse a V. Exa, com antecedência, que o projeto estava prestes a ser votado”, observou, dirigindo-se a Jucá, o senador Suassuna,

para quem a comissão agiu de forma soberana e dentro da lei.

O relator da matéria, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), informou que analisou toda a documentação anexada ao projeto, acrescentando que não cabe à comissão a investigação de informações oficiais. “A comissão apenas analisa os documentos e, no caso, o próprio Banco Central aprovou o pedido de empréstimo”, observou.



O senador Romero Jucá protestou contra a aprovação do empréstimo

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Especial Unip* — Assunto: A morfina
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Squash
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: A morfina
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*

8h30 — *Entrevista* — O senador Geraldo Melo fala sobre tarifa social de energia elétrica
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — CPI do Judiciário (ao vivo)
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
14h — Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza (ao vivo)
Logo após — CPI do Judiciário (ao vivo)
Logo após — *Jornal do Senado*
Logo após — *Senado em Pauta*
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

CC limita circulação de cães perigosos em vias públicas

Projeto aprovado em turno suplementar responsabiliza civil e criminalmente o dono de cachorro que atacar uma pessoa, mas não determina o sacrifício dos animais nem a extinção de raças consideradas perigosas, como a pit bull

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo a projeto de lei de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que proíbe a circulação, em áreas públicas, de cães perigosos sem coleira e focinheira. O substitutivo foi apresentado pelo relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta responsabiliza civil e criminalmente o dono do cão, se o animal atacar uma pessoa. Mas não determina o sacrifício de cães, nem a extinção de raças consideradas perigosas — pit bull, rottweiler, dobermann, fila e mastin, entre outros. Para Luiz Estevão, isso iria contrariar a natureza e o sentimento cristão.

— O que nós temos é que cobrar a responsabilidade dos donos de animais, de maneira que os cães potencialmente perigosos, ao transitar pelos lugares públicos, pelas ruas, estejam acorrentados e com focinheira — argumenta o senador. Caso não haja recurso para votação da matéria pelo plenário do Senado, o projeto irá diretamente à deliberação da Câmara dos Deputados.

Com parecer favorável do senador Iris

Rezende (PMDB-GO), a CCJ aprovou ainda, em votação terminativa, projeto de Luiz Estevão que dá nova destinação à taxa judiciária de 2% cobrada no âmbito da Justiça do Distrito Federal. Os recursos serão destinados à construção da Escola de Magistratura do tribunal e à assistência jurídica gratuita prestada pela seção local da Ordem dos Advogados do Brasil.

A taxa, criada pelo Decreto-Lei nº 115/67, a partir de 1980 passou a se destinar à OAB-DF, para a construção do seu edifício-sede. Em dezembro de 1996, segundo Estevão, o Conselho de Magistratura do TJDF decidiu não mais fazer o repasse à OAB local, com o argumento de que havia terminado o prazo de contrato de financiamento entre a instituição e a Caixa Econômica Federal, mas manteve a cobrança da taxa, recolhendo-a aos cofres da União.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comunicou à CCJ que encaminhará recurso para que a matéria também seja apreciada pelo plenário.

Adiada votação de proposta que restringe medidas provisórias

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu ontem vista dos pareceres do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao substitutivo da Câmara que trata dos limites à edição de medidas provisórias e do senador Amir Lando (PMDB-RO) sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Os pedidos foram apresentados pelos senadores Amir Lando e Francelino Pereira (PFL-MG) conjuntamente e Romeu Tuma (PFL-SP), respectivamente.

Fogaça apoiou a transferência da votação do seu parecer. “Da minha parte não há a menor pressa, porque eu gostaria que os senadores pudessem estudar a matéria com bastante atenção para aperfeiçoá-la tecnicamente”, disse. O senador Romeu Tuma argumentou que o plebiscito sobre a privatização da Chesf “precisa ser melhor estudado” pelo seu partido.

Fogaça destacou que seu parecer veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. Outra mudança significativa — disse ele — refere-se à vigência das medidas provisórias editadas ou reeditadas, como sugeriu o senador Ber-

nardo Cabral (PFL-AM).

Outra preocupação do relator se refere à “mecânica da tramitação”. Fogaça entende que, ao invés de serem apreciadas em reunião conjunta do Congresso, deverá caber à comissão mista de deputados e senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso.

De acordo com o presidente da CCJ, o parecer de José Fogaça já foi objeto de reunião de líderes de todos os partidos. Ele ressaltou que a matéria permite uma discussão mais profunda sobre “a própria soberania do Congresso”. Para José Agripino, o Senado não pode ficar restrito a homologar as matérias que vêm da Câmara. “Vamos discutir a matéria e, se for preciso, devemos modificar o substitutivo, mesmo que ele retorne à Câmara” — afirmou.

No que se refere à consulta popular sobre a desestatização da Chesf, Amir Lando observou que “nada tem a objetar à iniciativa, haja vista que a Chesf recobre, com a sua rede de distribuição de energia, oito estados do Nordeste, onde exerce relevantíssimo papel de indutora de grande parte das atividades econômicas regionais”, disse ele.



A proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será encaminhado à Câmara dos Deputados

Juvêncio da Fonseca solicita maiores recursos para agilizar reforma agrária

Ao fazer um longo relato dos conflitos entre os trabalhadores sem-terra e os fazendeiros em seu estado, citando reportagens da imprensa local, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) exigiu mais recursos para agilizar a reforma agrária. O senador disse que o governo federal gasta muito dinheiro no pagamento da dívida externa e com juros elevados.

— Se dependesse de mim, advogando os interesses do meu povo e da minha pátria, decretaria o fim da pobreza com uma urgente reforma agrária com recursos inclusive de um imposto sobre a remessa de dólares para o exterior. Assim, reconciliaria os sem-terra



Juvêncio da Fonseca propõe imposto sobre remessas ao exterior

ra e os com-terra trazendo paz para o campo — disse.

Para Juvêncio, os resultados da reforma agrária são acanhados, apesar dos esforços do ministro Raul Jungmann. De acordo com o senador, em depoimento à Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, o ministro afirmou haver recursos suficientes para desapropriar terras, mas não para proporcionar a infra-estrutura necessária para a produção agrícola.

— Que reforma agrária é esta que instiga o desejo pela terra, mas a oferece mitigadamente, fazendo crescer o desespero do trabalhador, colocando-o em confronto com o produtor, com prenúncios fortes de iminente

violência? — perguntou.

O senador por Mato Grosso do Sul advertiu que um conflito violento entre acampados e proprietários rurais no estado está por um fio. “Os fazendeiros têm tido a paciência de dar tratamento jurídico e político às invasões, especialmente àquelas das terras produtivas. Eles sabem que um ato de violência, mesmo em legítima defesa de sua propriedade, levantará a ira dos defensores dos pobres e excluídos e que acabarão como vilões.”

Juvêncio alertou o governo para a necessidade de se solucionar o problema fundiário rapidamente: “É urgente a adoção de providências para restabelecer o pleno direito de propriedade e, ao mesmo tempo, dar uma solução definitiva para essas populações esperanças de terra que acampam nas estradas”, frisou.

Luzia propõe turismo e prevenção de drogas nos currículos

A prevenção contra o uso de drogas e noções de turismo podem ser incluídas nos parâmetros curriculares do ensino fundamental e médio, se aprovados dois projetos de lei da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que serão apreciados em caráter terminativo pela Comissão de Educação. Segundo ela, as propostas têm o apoio do Ministério da Educação.

A senadora argumenta que a prevenção contra o uso de drogas, que seu projeto pretende incluir no currículo como tema transversal, vai contribuir para a conscientização da juventude contra o vício e as doenças causadas pelas drogas. Ela lembrou que os temas transversais adotados nas escolas brasileiras são

Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Noções de Saúde e Educação Sexual.

— Daí a importância de incluir entre os temas transversais a Prevenção Contra o Uso de Drogas, tornando possível aos professores dos níveis fundamental e médio preparar seus alunos para lidarem com um problema que terá de enfrentar mais cedo ou mais tarde — explicou a senadora.

Quando ao projeto que inclui nos parâmetros curriculares do ensino fundamental a disciplina Noções de Turismo, a senadora argumenta que a



O Ministério da Educação apóia os projetos, diz Luzia

medida “dará uma contribuição de enorme valor para o desenvolvimento do turismo, além de preparar os jovens para atuar em uma das diversas profissões e atividades relacionadas com o turismo”.

— A adoção do tema Noções de Turismo oferecerá aos estudantes do ensino fundamental condições para uma aprendizagem efetiva em uma das áreas que mais possibilidades de novos empreendimentos e de emprego abrirá no início do século XXI — argumentou Luzia Toledo.